

# Os Sarney não podem se candidatar

## Substitutivo tira família do Presidente da sucessão do Maranhão



Sarney Filho e Carlos Sant'Anna analisam as inelegibilidades do texto

LEONARDO MOTA NETO  
Repórter Especial

O projeto da Constituinte, como está configurado no segundo substitutivo do deputado Bernardo Cabral, é visto por influentes setores políticos ligados ao chefe do governo como uma Conspirata pessoal contra o presidente Sarney, pois, no capítulo das leis eleitorais, o obrigará a se afastar da sucessão presidencial para se envolver nas lutas regionais do Maranhão, para eleger o sucessor do governador Epitácio Cafeteira. Isso porque o filho do Presidente, deputado Sarney Filho, tido e havido como candidato natural ao governo do Estado, acaba de ter essa possibilidade seccionada pelo projeto Cabral. No primeiro substitutivo, as inelegibilidades constantes no projeto lhe facultavam concorrer, mas misteriosamente lhe foi fechada a porta do Palácio dos Leões, nesse segundo texto.

O deputado Sarney Filho, por compromisso assumido pelo governador Cafeteira, é o candidato do PMDB, cujo diretório regional foi impediado para que o ex-inimigo pessoal do Presidente da República pudesse vencer a resistência interna do partido, e ganhar a legenda de candidato ao governo. Toda a pressão foi feita por Sarney, numa montagem que levou dias para ser costurada em encontros reservados no Palácio da Alvorada, nos quais tinha cadeira cativa o senador Alexandre Costa.

Agora, porém, os fatos mudaram. Cafeteira, fugindo ao compromisso inicial, após flagrantemente seu secretário de Saúde, o ex-deputado Jackson Lago, ex-brizolista, como um seu possível candidato a gover-

nador. Candidato do PDT à Prefeitura de São Luís, perdeu-a para Gardênia Gonçalves. Mas, agora, recebe todo o apoio de Cafeteira para fazer da saúde estadual sua saúde política.

Restará ao Presidente, caso a nova Carta casse a candidatura Sarney Filho — que a rigor não precisa da ajuda do Presidente para se eleger, obteve na última eleição quase 200 mil votos, quantidade superior a que seu pai recebeu quando se elegeu governador do Maranhão — envolver-se pessoalmente na disputa, e apresentar uma candidatura imbatível, para compensar a ausência de Sarney Filho, e não ser derrotado ao final do mandato em sua própria terra. Essa perspectiva, por si só, configuraria a Conspirata do segundo substitutivo, ao afastar Sarney do plano político federal e isolá-lo no Maranhão.

Ao Presidente, nessa hipótese, seriam abertas quatro hipóteses para a apresentação de uma candidatura ao governo: a do seu ministro dos Transportes, José Reynaldo Tavares — anteriormente o mais cotado para o governo estadual, quando exercia a superintendência da Sudene, mas afastado em virtude de arranjos de última hora — é a principal opção. Seguem as do ex-deputado Edson Vidigal, assessor de Sarney no Palácio do Planalto, e que há dois anos vem executando um misterioso solo de invisibilidade, após ter recolhido a maior soma de apelos convencionais do PMDB para se tornar candidato do partido ao governo, finalmente, as do vice-governador João Alberto, e o senador Edison Lobão.

A Conspirata anti-Sarney torna-se clara, segundo as

GIVALDO BARBOSA



Cabral manteve ontem rápida conversa com Sarney

## Cabral rebate as críticas ao substitutivo

O relator da Comissão de Sistematização, senador Bernardo Cabral, disse ontem que ficou surpreso com as críticas feitas pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, no tocante ao capítulo dos direitos e garantias individuais. "Achei estranho e fiquei surpreso com as críticas de Saulo Ramos, porque esta questão foi definida na comissão nº 1 da Comissão dos Notáveis da qual resultou a proposta do senador Afonso Arinos e da qual ele fez parte", disse Bernardo Cabral.

Sem demonstrar muita preocupação em relação à enxurrada de críticas ao seu relatório, Bernardo Cabral afirmou que "todas as questões serão decididas, inicialmente, na Comissão de Sistematização e depois no Plenário da Constituinte quando prevalecerá a vontade da maioria dos constituintes".

Quanto às acusações de que estabelecendo que a votação em segundo turno seria decidida pela Câmara dos Deputados estaria restabelecendo o Colégio Eleitoral — que seu partido sempre repudiou — Bernardo Cabral afirmou que "está havendo um grande mal-entendido". Segundo ele, o entendimento que o inspirou foi de que num sistema parlamentarista o Parlamento é que deve decidir na hipótese de nenhum dos candidatos à Presidência da República conseguirem os votos da maioria absoluta. De qualquer forma, lembrou, isto será também decidido pela maioria dos constituintes durante as votações.

COERENCIA

"Em primeiro lugar, é preciso que um homem público tenha coerência, eu sempre disse ao longo dos últimos meses que defendia um mandato de seis anos para o Presidente da República, até porque este tempo está embutido na Constituição que convocou a Constituinte", disse o deputado Bernardo Cabral. A respeito do sistema de governo, ele afirmou que "o regime parlamentarista já estava incluído na parte permanente do anteprojeto, depois do projeto, no primeiro substitutivo, então não há novidade nenhuma". Segundo o relator, "a única diferença é que nós não incluímos nas disposições transitórias uma forma gradual que alguns parlamentaristas defendiam, isto porque eu tinha dito a

ambas as correntes que se não houvesse um consenso entre o Palácio do Planalto e o grupo que estava defendendo esta fórmula gradual, seria mantido o texto tal qual estava, e cumpri a minha palavra".

— A fórmula de implantar o parlamentarismo logo em marco e porque não é possível que se comece a adiar aquilo que se tem em mente, então, como a maioria havia decidido na Comissão de Sistematização, anteriormente, pelo sistema parlamentarista, eu apenas confirmei — destacou Cabral. Ele acrescentou que "o País pode até não estar preparado para muitas coisas que nós gostaríamos de ter, por exemplo, eu gostaria de ter, em vez de improvisadores, estadistas no País, mas como não posso tê-los, quero ter pelo menos políticos com sensibilidade".

Para o relator, "o sistema presidencialista não vai permitir que o País tenha partidos fortes, e esta é sempre, a desculpa de quem defende este sistema". Ele nega que esteja tentando ressuscitar a figura do Colégio Eleitoral. "O que há no substitutivo é que os candidatos à Presidência da República serão eleitos pelo voto secreto, universal e direto, em dois turnos, e, no primeiro turno, se ele alcançar maioria absoluta de votos, não haverá o segundo", afirmou.

— Tenho ouvido muito de presidencialistas a afirmação de que amanhã, num sistema parlamentar de governo, vamos ter um homem eleito ai com 40 milhões de votos, então, se ele tiver essa votação, será eleito logo no primeiro turno, mas se não alcançar maioria absoluta, a eleição passa para o Congresso Nacional, que poderá eleger o presidente entre os dois mais votados ou remetê-los para uma nova eleição direta — ressaltou Cabral. Para ele, "dizerem que ressuscitou o Colégio Eleitoral é uma inverdade, pois o Colégio Eleitoral do passado funcionava com delegados que vinham das Câmaras de Vereadores". Bernardo Cabral lembrou ter ouvido dizer que "o Presidente da República declarou ser a ida ao Colégio Eleitoral agora um golpe, mas ele, que é um homem da melhor categoria, esqueceu que foi eleito por um Colégio Eleitoral, e não pelo Congresso Nacional".

## Chaves: Cardoso foi rude com o relator

O senador Leite Chaves (PMDB/PR) atacou ontem, da tribuna do Senado Federal, o líder Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP) pelas críticas que fez ao trabalho do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral. Falando pela liderança do Partido, Leite Chaves foi enfático em seu pronunciamento ao afirmar que todos os que se colocam contra o substitutivo são "críticos sem qualificação técnica ou jurídica alguma", o que provocou a reação dos senadores Nelson Wedekin (PMDB/SC) e Virgílio Távora (PDS/CE), em defesa de Fernando Henrique.

Ao subir à tribuna, Leite Chaves ressaltou ao plenário que estava ali para falar do "homem injustiçado", que vem recebendo as mais variadas críticas desde que apresentou seu se-

gundo substitutivo na noite de sexta-feira. Fez um discurso longo e inflamado, alertando que a maioria das pessoas que criticam o texto de Cabral certamente não leram seus dispositivos.

Foi uma matéria veiculada ontem pela imprensa paulista, sob o título de "Cardoso qualifica de 'loucura' a proposta de Cabral", fazendo referência às declarações do senador acerca do disposto sobre o sistema de governo, que provocou as críticas ao líder do PMDB no Senado. Leite Chaves falou ainda da ausência de Fernando Henrique das sessões. As manifestações de defesa do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo relator-adjunto de Cabral vieram logo em seguida, assinaladas pelo orador do PDS, que se mostrou surpreso pelo pronunciamento de Leite Chaves.

## PODER & POLÍTICOS

### O novo sistema

Se cada povo tem o Governo que merece, cada Governo tem uma oposição correspondente. Essa é uma conclusão inevitável diante da realidade política. As denúncias sobre corrupção dominam os jornais, mas são raros os comentários em plenário. Há, sem dúvida, um acomodamento generalizado, que caracteriza bem essa cinzena fase nacional.

Naturalmente que isso não ocorreria visse Carlos Lacerda, estivesse a tocar uma banda de música como a da UDN ou houvesse uma oposição com a coragem cívica dos que fundaram o PMDB para combater o regime militar. Nada disso acontece. Há, é preciso reconhecer, vozes isoladas, tímidas algumas, emocionais outras, talvez imaturas, mas que se perdem na pasma-ceira generalizada.

Discute-se hoje, na Constituinte, com todo ardor o sistema de governo. Contudo, ninguém questiona o aliciamento claro exercido pelo Governo Federal em favor do presidencialismo, desmentido em pomposas e vazias declarações oficiais, mas comprovado na pressão ostensiva. Surgiram, até, os parlamentaristas "conquistáveis" ou "negociáveis", segundo outros, uma estranha categoria de constituintes.

Há dias moram debaixo da rampa de acesso ao Senado dezenas de investidores retirados da SQS 110 Norte, despejados da igreja que os acolheu porque não queriam trabalhar. Não há quem discuta o assunto em seus vários aspectos, como as origens da migração, o desemprego, a inexistência de habitações, a vagabundagem, a demagogia política, a falta de providência das autoridades etc. Todo um elenco a questionar e nada.

Como Lacerda não ressuscitará, serve apenas com exercício mental imaginar o que ele diria sobre o primo do ministro do Planejamento que cobra 10% para liberar verbas de milhões da Seplan, conforme denunciou o prefeito de Valença. Talvez fosse mais brilhante sua campanha contra a importação de alimentos estragados, nas quais consumimos milhões de dólares de divisas e ainda prejudicamos a nossa saúde.

Seria fácil, na certa, apurar as irregularidades nessa importação, denunciadas em inquérito da Presidência da República, mas que até hoje, passados alguns meses, não tiveram consequências. Como analisaria, por exemplo, o fato de um programa paternalista do leite, em que se considera normal o desvio de Cz\$ 2,8 bilhões, ter mais recursos do que o Ministério da Saúde? Não teria Lacerda, visse nessa época, de fabricar escândalos com pequenos deslizes porque já há quem diga que, entre tantas fórmulas de governo, estamos quase a inventar a "cleptocracia".

Lacerda não ressuscitará, mas é preciso reconhecer que não temos hoje o presidente Juscelino Kubitschek. Cada Governo tem, lógico, a oposição que merece.

JOÃO EMILIO FALCÃO

## Para Santillo, elites tentam evitar debate

Golânia (Suçursal) — O acirramento do debate sobre a forma de governo e a duração do mandato presidencial não passam de um desvio que as elites estão promovendo para não levantarem as questões fundamentais para o País. A denúncia é do governador de Goiás, Henrique Santillo, para quem essas elites dominantes têm sido extremamente perversas com a população menos favorecida. Para ele, a conquista de um desenvolvimento econômico e social harmônico e a interiorização desse processo são mais importantes do que a discussão entre parlamentaristas e presidencialistas.

"Isso é um desvio que está sendo feito. Há um propósito desvio das discussões nacionais hoje e nós não podemos aceitar isso. Nós temos que lutar contra isso. Nós temos que lutar por isso. O momento é de Constituinte e nós elegemos nossos constituintes, que devem ser legitimamente pressionados pela população, para, conosco, decidirem o que fazer por este País, sem mancomunicações com as elites, que têm sido muito, mas muito perversas na história brasileira", discorreu Santillo.

MOMENTO CRÍTICO

O governador disse ainda estar convencido de que "nós estamos vivendo neste País um momento crítico" e de que decisões importantes deverão ser tomadas para o futuro de 140 milhões de pessoas. Citou as disparidades, a enorme concentração de renda e as injustiças sociais que contrastam com o País — oita-va economia do mundo —, para indagar: "Existe algum discutindo o que precisaremos fazer por este País nas próximas duas décadas? Que tipo de desenvolvimento nós teremos? Quais as diretrizes para o desenvolvimento nacional nestes 20 anos? Como se dará a interiorização do desenvolvimento brasileiro? Como se dará a ocupação desses imensos espaços vazios no território nacional, racionalmente, de forma justa, para que este país dê um salto de modernidade e um salto no desenvolvimento capitalista, inclusivo?".

## Zequinha, um favorito nato

Se a eleição para governador do Maranhão fosse hoje, o deputado Sarney Filho já estaria eleito. Não apenas pelos 109 mil votos que obteve em novembro passado, num total de pouco mais de 700 mil sufrágios para deputado federal, como também pelo apoio do governador Epitácio Cafeteira. Cafeteira foi eleito com apoio da família Sarney — comenta-se nos meios políticos — com o compromisso de apoiar Sarney Filho, o conhecido Zequinha, para sucedê-lo em 90.

Advogado, 30 anos, natural de São Luís, Sarney Filho iniciou a carreira política nas eleições de 78, quando se elegeu deputado estadual no Maranhão. Em 82, conquistou cadeira de deputado federal, e em 86 foi reeleito para novo mandato. Sempre como o mais votado.

Popular em São Luís, Sarney Filho adotou posições liberais em sua primeira experiência como deputado federal: propôs a criação de uma Comissão de Ecologia e Meio Ambiente na Câmara dos Deputados e votou em favor das eleições diretas para presidente, em abril de 84, quando seu pai ainda presidia o PDS e, se não apoiava, não hostilizava a candidatura de Paulo Maluf.

No episódio em que os malufistas tentaram impugnar a eleição dos delegados maranhenses ao colégio eleitoral, ele estava lá, protestando contra o cerco à Assembleia de seu Estado. Na campanha municipal do ano retrasado, subiu em palanques pela

candidatura de seu amigo, o deputado Jayme Sant'Anna, que acabou derrotado, e depois foi acusado de participar da depreciação da Prefeitura de São Luís, dias após a posse da prefeita Gardênia Gonçalves (PDS).

Na Constituinte, fez dobradinha com o deputado paulista Fábio Feldman (PMDB) em defesa do meio ambiente, apresentando propostas para proibir a fabricação de bombas nucleares e combatendo as agressões à natureza, e propôs ainda a criação de varas de Justiça Agrária.

Se não houver impedimento constitucional à sua candidatura em 90, Sarney Filho tem tudo para ser o próximo governador do Maranhão. Tem tradição e prestígio na terra.

## Projeto é atacado e elogiado na tribuna

O relator Bernardo Cabral assistiu impassível à reunião da Comissão de Sistematização de ontem à tarde, que continuou a discussão do substitutivo elaborado por ele. Nem todos os membros da Comissão que subiram à tribuna limitaram-se às apreciações do conteúdo do substitutivo. O deputado Paulo Ramos chegou a chamar Cabral de "o grande deposto do ano".

O relator, que permaneceu grande parte da reunião sentado ao lado do ex-reitor da Universidade de Brasília, José Carlos Azevedo, preferiu não usar a palavra para se defender, mas não faltaram voluntários para a tarefa: O senador João Calmon (PMDB-ES) lembrou que Cabral, como todo constituinte, tinha o direito de dar suas próprias contribuições ao projeto, e o senador José Fogaça (PMDB-RS) classificou o substitutivo do relator de "uma obra de engenharia dotada de loucura e genialidade".

As disposições do projeto em relação à questão tributária foram muito elogiadas pelo ex-ministro da Fazenda, deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ). Dornelles disse que o substitutivo de Cabral "atendeu plenamente" a todas as reivindicações da sociedade brasileira nesta área.

Ao responder aparte do deputado Darcy Deltos (PMDB-PR), que criticou o aumento do percentual destinado ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste de 2 para 3 por cento, Dornelles lembrou a criação de um fundo com base no Imposto sobre Produtos Industrializados que será distribuído aos estados proporcionalmente ao volume da exportação de manufaturados. Na sua opinião, isto beneficiará os estados desenvolvidos, equilibrando o favorecimento dos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) criticou o artigo do projeto que determina a extensão

do sistema parlamentarista aos estados e municípios. Maurílio acredita que a prática dos deputados estaduais e vereadores de utilizar o seu mandato para atender a interesses particulares vai transformar esta experiência num verdadeiro desastre.

O senador José Fogaça defendeu a proposta do substitutivo, comentando que o clientelismo é característico do sistema presidencialista. Fogaça acredita que o parlamentarismo, além de acabar com esta prática pelo fortalecimento dos poderes do legislativo, vai também eliminar o militarismo no Estado.

Na opinião de Fogaça, relator-adjunto da Comissão de Sistematização, o relatório de Cabral é um retrato das contradições vividas dentro da Constituinte e tem o "enorme mérito" de gerar o processo de busca do consenso. "Talvez o seu principal efeito tenha sido desalojar o Governo, o próprio presidente Sarney de sua intransigência".

## Com painel quebrado, votação será nominal

A votação do projeto do relator Bernardo Cabral na Comissão de Sistematização, a partir de amanhã, terá que ser feita através da chamada nominal de cada um dos seus 93 integrantes. A Mesa da Constituinte, diante dos quase seis mil pedidos de destaque registrados ontem, chegou a admitir a possibilidade de utilizar o painel eletrônico da Câmara, mas no primeiro teste realizado ontem o sistema apresentou falhas. A previsão dos técnicos é de que serão necessários mais 10 dias para que o painel possa entrar em funcionamento.

O prazo concedido à empresa AGE Telefunken, responsável pela implantação do sistema eletrônico, já se esgotou. Além do atraso, até agora não se sabe com certeza se o painel eletrônico poderá ser utilizado na votação do projeto na Comissão de Sistematização.

A votação em bloco de destaques e uma negociação para que haja desistência de alguns pedidos são as duas alternativas sobre as quais as lideranças partidárias na Constituinte irão trabalhar a fim de agilizar a votação do projeto

constitucional na Comissão. Embora não esteja prevista na consolidação das regras regimentais que disciplina a votação, a apreciação em bloco dos destaques foi aprovada informalmente pelos líderes em reunião com o presidente da Constituinte, deputado Ulisses Guimarães.

Segundo informou o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), um dos principais assessores da liderança do PMDB na Constituinte, os pedidos de destaque não polêmicos poderão ser apreciados em bloco.